

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DE CHAPADÃO DO SUL
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

Paradigmas da Educação Financeira e a Formação do Administrador

PEDRO DA SILVA DUDA

CHAPADÃO DO SUL (MS)
2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DE CHAPADÃO DO SUL
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

Paradigmas da Educação Financeira e a Formação do Administrador

PEDRO DA SILVA DUDA

Trabalho apresentado como requisito parcial para
obtenção do grau de Bacharel em Administração, pelo
curso de Graduação em Administração (CPCS/UFMS).

Orientadora: Profa. Dra. Georgiana Luna Batinga

Chapadão do Sul – MS
Outubro – 2021

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

AUTOR(A): Pedro da Silva Duda

ORIENTADOR(A): Georgiana Luna Batinga

Aprovado pela Banca Examinadora como parte das exigências para obtenção do grau de Bacharel em Administração, pelo curso de Bacharelado em Administração da UFMS/CPCS.

Profa. Dra. Georgiana Luna Batinga
Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR

Prof. Dr. Richardson Coimbra Borges
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS

Profa. Dra. Rocio Del Pilar Lopez Cabana
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS

Chapadão do Sul, 08 de outubro de 2021.

Agradecimentos

Agradeço a Deus pela virtude da vida;

A Profa. Dra. Georgiana Luna Batinga pela oportunidade de me orientar com êxito neste trabalho, sempre com muito cuidado e disposição para realizar todas as melhorias e adequações presentes nesta obra;

Aos meus pais Adeildo Duda da Silva Filho e Elaine Cristina da Silva por sempre acreditarem no meu potencial e arquetarem todos os meus sonhos junto comigo;

A todos os meus familiares por sempre me enxergarem com muito orgulho e admiração;

Aos meus amigos da Universidade Alison, Bruna, Elaine, Evandro e Gabriela que desde o início da graduação formaram um grande elo junto a mim;

E a todos que de alguma maneira contribuíram para a realização desta obra.

SUMÁRIO

	Página
1.Introdução	8
1.1 Apresentação do tema	8
1.2 Problema da pesquisa.....	9
1.3 Objetivos	10
1.3.1 Objetivo geral.....	10
1.3.2 Objetivos específicos.....	10
1.4. Justificativa	10
2. Revisão da literatura	12
2.1 Educação Financeira	12
2.2 Endividamento, superendividamento e inadimplência	14
2.3 O ensino de Administração	16
3. Material e métodos	20
3.1 Abordagem de pesquisa	20
3.2 Coleta de dados	21
3.3 Técnica para análise de dados.....	21
4. Resultados e Discussão.....	22
4.1 Apresentação e contexto da pesquisa.....	22
4.2 Um panorama das Universidades Federais brasileiras.....	24
4.3 Análise curricular das disciplinas vinculadas ao curso de Administração	28
5. Conclusões.....	31
6. Referências Bibliográficas.....	33

Paradigmas da Educação Financeira e a Formação do Administrador

Resumo - Desde muito cedo o indivíduo é exposto a uma série de situações ligadas a finanças. Essas situações tornam-se mais constantes quando o indivíduo entende que está dotado com um certo poder de compra que possibilita o acesso a muitos bens ou serviços. Com a pouca ou nenhuma discussão sobre o tema Educação Financeira nas instituições de ensino não é possível repassar aos alunos a importância de uma gestão responsável dos recursos obtidos ao longo da vida. Diante desse contexto, o objetivo principal do trabalho é apresentar de que modo o tema Educação Financeira está presente nas Instituições de Ensino Superior Federal responsáveis por formar profissionais em Administração. Para a elaboração desta pesquisa foi empregado o método descritivo e utilizada a análise quantitativa para fins de abordagem. Os resultados apontaram que, das 46 grades curriculares dos cursos de Administração que foram analisadas, apenas uma grade curricular apresentou uma matéria exclusivamente voltada para Educação Financeira. O que se observa é a ausência ou inexistência do tema considerado de forma efetiva e primária na formação do administrador, como disciplina obrigatória ou eletiva, ou ainda como um tópico integrante da ementa das disciplinas. A pesquisa contribui para que o assunto seja debatido e ganhe mais notoriedade dentro das UFs e por parte da população em geral, já que a Educação Financeira possui grande relevância na vida dos acadêmicos que futuramente irão ingressar no mercado de trabalho em busca de remuneração pelos serviços que irão fornecer. Assim, é necessário que eles saibam controlar suas finanças para garantirem o seu bem-estar e qualidade de vida. A pesquisa aponta que o grau de aplicação do tema Educação Financeira nos cursos de Administração oferecidos pelas UFs é limitado, visto que não existem boas quantidades sobre o assunto presentes nas grades curriculares.

Palavras-chave: Educação Financeira, Curso de Administração, Universidades Federais.

Paradigms of Financial Education and the formation of Administrator

Abstract - From a very early age, the individual is exposed to a series of situations related to finances. These situations get most common when the individual understands about their purchasing power that allows access to products and services. With little or no discussion on the topic of Financial Education at teaching institutions, it is not possible to pass on to students the importance of responsibly managing the resources obtained during life. Given this context, the main objective of the work is to present how the Financial Education topic is present in Federal College Education Institutions responsible for training professionals in Administration. For the elaboration of this research, the descriptive method was used and quantitative analysis was used for approach purposes. The results showed that, of the 46 curriculums of the Administration courses that were analyzed, only one curriculum presented a subject exclusively focused on Financial Education. It is observed the absence or non-existence of the topic considered in an effective and primary way in the training of the administrator, as a mandatory or elective subject, or even as an integral topic in the syllabus of the subjects. The research contributes to the subject being debated and gaining more notoriety within the Federal Universities and by the population in general, since Financial Education has great relevance in the lives of academics who will in the future enter the labor market in search of remuneration for services that will provide. So, it is necessary for them to know how to control their finances to ensure their well-being and quality of life. The research points out that the degree of application of the Financial Education theme in the Administration courses offered by the Federal Universities is quite precarious, since there is not good information's quantity on the subject present in the curriculums.

Keywords: Financial Education, Administration course, Federal Universities.

1.Introdução

1.1 Apresentação do tema

O conhecimento sobre Educação Financeira, assim como a relação que os indivíduos assumem com o dinheiro ao longo de suas vidas, tem sido um tema que tem despertado interesse do governo, organizações, sociedade e da academia. Saber lidar com o dinheiro é fundamental, visto que o país possui cerca de 70% de sua população endividada, segundo pesquisa de endividamento e inadimplência do consumidor realizada no primeiro semestre de 2021 pela Confederação Nacional de Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), o que reflete, dentre outros importantes fatores de ordem social e econômica, o que o desconhecimento financeiro da população pode promover. O interesse pela ordem nas finanças pessoais tem se tornado um tema presente na pauta de diversos meios de comunicação, com o intuito principal de promover uma discussão sobre a importância do esclarecimento e do acesso ao conhecimento sobre o dinheiro e sobre como administrá-lo. Desde cedo, os indivíduos começam a lidar com uma série de situações ligadas ao dinheiro, e para tirar melhor proveito disso, é importante saber como utilizá-lo da forma mais favorável possível (BACEN, 2013).

O estudante brasileiro frequenta a escola em média por 12 anos, sem incluir a formação superior, entra no mercado de trabalho, em alguns casos conclui o ensino superior, se torna um profissional, chega à idade adulta, constitui família, e muitas vezes não é capaz de lidar com decisões financeiras de caráter elementar, tais como diferenciar juros simples de compostos, saber optar por compras à vista ou a prazo, lidar com produtos financeiros, acesso ao crédito e ao consumo, pagamento de impostos, entre outros. Essas situações tornam-se mais corriqueiras quando o indivíduo – no papel de consumidor no âmbito capitalista, entende que está dotado de poder de compra que permite o acesso a diversos bens materiais e/ou serviços que são vistos como sinônimos de bem-estar e qualidade de vida, e em alguns casos, como *status*, riqueza e distinção social. Entretanto, quando esse consumo se encontra fora de controle, começam a surgir empecilhos capazes de tornar o dia-a-dia do indivíduo repleto de adversidades e frustrações. Essa circunstância poderia ser evitada se o consumidor portasse a ciência de como operar suas finanças e conciliar o saber com sua vida cotidiana. Infelizmente o cenário real é exposto com contrariedade levando em consideração o percentual de famílias brasileiras que se encontram (super) endividadas e inadimplentes.

Dessa forma, o acesso prematuro ao tema educação financeira capacita o cidadão a tomar escolhas inteligentes devido a conjuntura de saberes agregados pela temática, visando o ensino do gerenciamento financeiro da melhor maneira possível (LAUREANO et al., 2019). Abordar educação financeira nas escolas é uma estratégia que no futuro fornecerá assistência as pessoas no processo de realizações pessoais e coletivos (VERNIZZI et al., 2020). Os jovens necessitam de estímulos que os auxiliem a refletir sobre o dinheiro e o planejamento que deve ser implementado para o alcance de uma vida financeira saudável, enxergando o dinheiro como uma ferramenta que torne suas vidas mais confortáveis (CERBASI, 2004). Já na fase universitária, os estudantes necessitam de um preparo financeiro para iniciar sua vida como consumidor e profissional atuante no mercado de trabalho. É importante explicitar que muitos jovens se deslocam de suas cidades em busca de formação acadêmica e se deparam, no decorrer dessa mudança, com inúmeras situações que precisam aplicar fundamentos da educação financeira.

Neste sentido, é relevante a discussão sobre o tema educação financeira nas instituições de ensino, fundamental, médio e superior, a fim de repassar aos estudantes a importância de administrar os recursos obtidos ao longo de sua vida com responsabilidade e maturidade. Chen et al., (2006) apontam que estudantes de escolas e universidades se encontram despreparados quando o tema se trata de educação financeira, logo não possuem entendimento sobre a maioria dos assuntos que complementam a temática. Diante desse contexto, o presente estudo busca compreender como o tema educação financeira tem sido abordado nos cursos de Administração oferecidos por universidades federais brasileiras, por meio de uma análise curricular das disciplinas obrigatórias e eletivas oferecidas por essas instituições de ensino.

1.2 Problema da pesquisa

O Banco Central do Brasil (BACEN) (2020), com base em um levantamento proposto pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil), menciona a indiligência da sociedade para com a educação financeira e aponta a falta de união das esferas sociais em busca de interesses sobre o tema:

[...] são poucos os brasileiros que admitem ter disposição para organizar suas finanças com regularidade. Um levantamento feito em todas as capitais pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) revela que quase metade (48%) dos consumidores brasileiros não controla o seu orçamento, seja porque confiam apenas na memória para anotar despesas (25%), não fazem nenhum registro dos ganhos e gastos (20%) ou delegam a função para terceiros (2%).

Gonçalves (2015) afirma que há um despreparo por parte dos acadêmicos em Administração em relação ao saber sobre métodos de controle de finanças pessoais. De acordo com essa perspectiva e considerando que o curso de Administração está diretamente relacionado ao conhecimento e habilidade de formar e capacitar o profissional administrador a saber lidar com a área de finanças, surge o questionamento: de que modo a temática educação financeira está inserida na formação de futuros profissionais Administradores?

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo geral

Considerando a importância do tema, e para responder a pergunta-problema desse estudo, o objetivo geral deste trabalho é compreender como o tema “educação financeira” tem sido abordado nos cursos de Administração vinculados a universidades federais brasileiras, por meio de uma análise curricular das disciplinas obrigatórias e eletivas oferecidos por essas instituições de ensino.

1.3.2 Objetivos específicos

Para alcançar o objetivo geral proposto nesse estudo, os seguintes objetivos específicos foram traçados:

- a) Identificar as universidades federais brasileiras que oferecem o curso bacharel em Administração.
- b) Mapear as disciplinas obrigatórias e eletivas vinculadas a grade curricular dos cursos bacharel em Administração oferecidos pelas universidades federais.
- c) Buscar como o tema “educação financeira” tem sido abordado nos conteúdos e ementas dessas disciplinas.
- d) Analisar a relevância e a relação da educação financeira na formação de profissionais administradores.

1.4. Justificativa

Discussões que contemplam a educação financeira vêm ganhando notoriedade na academia, com diversos estudos e pesquisas que contemplam diferentes contextos e

problemáticas, e tem sido retratado nos meios de comunicação, na grande mídia, sobretudo nas redes sociais e na *internet*, onde diversas informações sobre a situação financeira da população são apresentadas. Os usuários da rede também demonstram que a educação financeira é um tema de interesse abrangente, em função da situação econômica e social do país e todas as problemáticas relacionadas a questão do endividamento da população, gerada em parte, pelo desconhecimento e habilidade de administrar as finanças pessoais.

O descontrole na gestão das dívidas pode levar ao (super) endividamento, a inadimplência e até a solvência do patrimônio como resultado de um processo no qual indivíduos e famílias se encontram em dificuldade para pagar suas dívidas a ponto de isso afetar de maneira relevante e duradoura, seu padrão de vida. De acordo com o Núcleo de Tratamento do Superendividamento do PROCON de São Paulo (2019), o superendividamento é um nível perigoso de endividamento e tem um peso superior ao normal e dificulta ainda mais a capacidade de o indivíduo em poder honrar seus encargos com sua renda mensal.

O reflexo da falta de educação financeira de uma população é expresso em seu grau de endividamento, é basicamente quando não se há um conhecimento sobre finanças pessoais, não é possível ter controle de gastos, o que gera uma taxa elevada de dívidas por família. No Brasil, estima-se que no primeiro semestre de 2021, cerca de 70% da população do país está endividada, e o principal motivo para os encargos foi o uso do cartão de crédito, seguido de carnês e financiamento de veículos (LAGO, 2020). O endividamento sempre foi uma questão delicada, quando se trata do consumo em excesso, uma vez que poucas pessoas sabem como planejar suas finanças. A maioria, em função das dificuldades, acaba se endividando, por não saberem administrar suas finanças, com isso, influenciando no endividamento pessoal (SILVA et al., 2020).

Sabe-se que esse é um tema de importância abrangente, sistêmica e transversal, no entanto, é necessário direcioná-lo ao contexto definido para esse trabalho, que é sua relação com a formação do profissional Administrador. Para além dos argumentos apresentados acerca da relevância e implicações da educação financeira para a sociedade, a importância da abordagem do tema na formação do bacharel em Administração se justifica também porque, para alcançar êxito em sua atuação profissional, o administrador deve dominar as funções básicas de sua ocupação, que são desenvolvidas em quatro áreas: planejamento, organização, gestão e controle. Segundo o CFA (2019), a maior responsabilidade do profissional formado em Administração é gerenciar da melhor forma os recursos da empresa. Ao mesmo tempo, deve-se garantir que os objetivos previamente definidos sejam alcançados e em casos de falhas, investigar a causa da falta de sucesso em determinado movimento.

Defende-se o argumento de que, o Administrador só conseguirá gerenciar o patrimônio de uma empresa de forma responsável e cuidadosa, se o mesmo souber gerenciar com êxito suas finanças pessoais, ou seja, somente por meio de um conhecimento estruturado em educação financeira, o indivíduo será capaz de tomar decisões em sua vida pessoal e, posteriormente, exercerá o controle de recursos empresariais (MUTTI, 2018). Esse trabalho se divide por esta introdução, seguido da revisão da literatura. Após isso, inicia-se a metodologia, dando sequência a apresentação e discussão dos resultados, e finalmente as considerações finais e as referências bibliográficas.

2. Revisão da literatura

2.1 Educação Financeira

O conhecimento e a prática de educação financeira capacitam os indivíduos a controlarem o seu orçamento pessoal e familiar, visando a gestão das finanças pessoais, tornando a condução de sua vida financeira equilibrada, evitando riscos e assumindo limites. Além disso, conscientiza-os na adoção de hábitos econômicos que os auxilia a alcançarem um padrão de vida satisfatório (BACEN, 2013). Entretanto, mesmo que o assunto esteja em evidência, é notável a pouca adesão e prática de educação financeira. Dessen (2015, p. 16) expõe o seu ponto de vista sobre a precariedade da educação financeira na vida das pessoas:

A maioria das pessoas acham que ganha pouco, que deveria receber mais: o dinheiro frequentemente termina antes do final do mês. Quando o novo salário chega, já está parcialmente comprometido com as contas do mês anterior. [...] Talvez o problema esteja na falta de controle das despesas. [...] A resistência a planejar e controlar despesas começa pelo fato de que fazer orçamento não só é chato, como deixa claro que não há dinheiro suficiente para fazer tudo o que se quer ou precisa.

Isso pode ser percebido pela quantidade de pessoas que ainda sofrem com a falta de dinheiro ou com a má gestão financeira de seu orçamento, gerando complicações financeiras e até psicológicas, afetando a vida profissional, pessoal, familiar e conjugal (ARAÚJO et al., 2018). “[...] Grande parte da população não sabe como gasta o seu dinheiro ou o quanto é gasto em cada grupo de despesas, como alimentação, moradia, educação, saúde, lazer, dívidas e juros, viagens e realização de sonhos ou outros gastos e investimentos (BACEN, 2013, p. 19). Assumir as diretrizes propostas por uma educação financeira não envolve apenas poupar dinheiro, mas conhecer e aplicar as noções básicas de como aplicá-lo como ferramenta facilitadora em diversas

áreas. Saurin et al., (2017, p. 08) afirmam que “a educação financeira consiste no conhecimento cognitivo para a tomada de decisões econômicas. É buscar uma melhor qualidade de vida tanto hoje quanto no futuro, proporcionando segurança material necessária para aproveitar os prazeres da vida”. De acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), junto a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) definem educação financeira como um

Processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram a sua compreensão em relação aos conceitos e produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação, possam desenvolver os valores e as competências necessárias para se tornarem mais conscientes das oportunidades e riscos neles envolvidos e, então, poderem fazer escolhas bem informadas, saber onde procurar ajuda e adotar outras ações que melhorem o seu bem-estar (ENEF, 2017).

Gallery et al., (2011) esclarecem o conceito de educação financeira como a capacidade de fazer julgamentos inteligentes e decisões eficazes em relação ao uso e gestão do dinheiro. Complementando, Ferreira (2017) enfatiza que a educação financeira trata da competência para fazer escolhas inteligentes relacionadas ao dinheiro, transações financeiras e ao consumo, que te fazem adquirir certo bem-estar e tranquilidade na vida. O autor defende a ideia de que nações capitalistas devem ter um alto conhecimento sobre educação financeira, já que a principal ferramenta que move esse sistema é o dinheiro.

Outra perspectiva de educação financeira, a partir do ponto de vista de Wisniewski (2011), que ressalta a importância de um planejamento financeiro pessoal, significa estabelecer e seguir uma estratégia precisa, deliberada e centrada na acumulação de bens e valores que irão formar o patrimônio de uma pessoa e/ou de seus familiares. Essa estratégia pode estar voltada para curto, médio ou longo prazo [...]. Segundo Finanças (2021) o conhecimento em educação financeira possibilita o hábito de anotar os gastos e a entender sobre juros, tarifas, taxas, investimentos e sobre o mercado financeiro em geral. Além disso, a autora destaca que o valor que o dinheiro possui passa a ser visto de uma maneira mais sensível, promovendo autoconhecimento aos indivíduos em relação ao seu poder monetário.

De acordo com a pesquisa de Índice de Saúde Financeira do Brasileiro (I-SFB) realizada pela Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) em parceria com o Banco Central do Brasil (BACEN) (2021) 64,7% dos entrevistados não têm segurança sobre o seu futuro financeiro. A pesquisa aponta que 6 em cada 10 entrevistados consideram a maneira como cuidam de suas finanças um empecilho quando atrelada ao proveito de suas vidas. A mesma fonte aponta que 58,4% afirmam que suas finanças são motivos de estresse. A total falta de controle das despesas

pode conduzir as pessoas ao endividamento, superendividamento e a inadimplência, que serão abordados a seguir.

2.2 Endividamento, superendividamento e inadimplência

É comum assumir compromissos financeiros em diversas situações cotidianas, e o termo “endividamento” diz respeito justamente às prestações de qualquer aquisição feita a prazo, bem como às parcelas acordadas em um empréstimo, por exemplo (SPC BRASIL, 2019). O endividamento é um fato inerente à vida atual, na sociedade de consumo. Para consumir produtos e serviços, essenciais ou não, consumidores estão constantemente endividando-se. A economia de mercado seria, segundo muitos, por natureza, uma economia do endividamento (CVM, 2018). Endividados podem ser descritos como aqueles que contraem dívidas e comprometem uma parcela significativa de suas rendas e rendimentos para honrá-las. O endividamento pode ser consequência de diferentes fatores associados com o consumismo exagerado, políticas sociais de transferência de renda, políticas econômicas e também o próprio significado do dinheiro. (OLIVATO e SOUZA, 2007).

O BACEN (2020, p. 22) associa o superendividamento “ao que parecia indicar uma situação em que o tomador teria atingido o limite de suas fontes de crédito, tornando insustentável a rolagem de suas dívidas e, conseqüentemente, a manutenção de seu padrão de vida”. Para Marques e Cavallazzi (2006, p. 256), o superendividamento refere-se “[...] a impossibilidade global de o devedor pessoa física, consumidor, leigo e de boa-fé, pagar todas suas dívidas atuais e futuras de consumo (excluídas as dívidas com o fisco, oriundas de delitos e de alimentos)”. Do ponto de vista legal, Leão (2020) entende que o superendividamento do consumidor decorre de fatores ligados à sua condição de vulnerabilidade (técnica, jurídica e econômica), ligada a concessão exacerbada de crédito pelos bancos que oferecem ao consumidor. Carqui (2015, p. 08) relaciona o consumismo ao superendividamento populacional:

Superendividamento dos consumidores pode ser visto, também, como um risco possível da sociedade que se movimenta para o consumo (consumismo), principalmente pela volatilidade das relações e pela falta de cálculo acerca dos problemas que o acesso ao crédito, sem uma análise apurada dos riscos que envolvem, pode causar.

Uma consequência imediata do superendividamento é a inadimplência do consumidor, que, de acordo com De Andrade et al. (2008), ocorre quando o consumidor sofre impactos constantes na sua renda, e esses determinam os limites e restrições orçamentárias do consumidor fazendo com que ele perca o controle de seus gastos, estando propício a ser inadimplente. O

BACEN (2013, p. 31) esclarece que “se a dívida virar inadimplência, o indivíduo pode passar a ter o seu nome inscrito em um ou mais cadastros de restrição ao crédito como Serasa ou Serviço Central de Proteção ao Crédito (SCPC)”. Brito et al., (2012) destacam a oferta de produtos financeiros que os bancos disponibilizam para a sociedade (empréstimos, investimentos, seguros e crédito) como grandes geradores de inadimplentes. Essas aplicações podem gerar boas oportunidades para aqueles que possuem uma percepção sobre educação financeira.

Por outro lado, os mesmos serviços utilizados de forma descontrolada podem acarretar transtornos à saúde financeira do indivíduo e de sua família, gerando dificuldades no cancelamento da ferramenta contratada a problemas maiores como a inadimplência. Em pesquisa recente, o SPC Brasil junto a Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas (CNDL) identifica o cartão de crédito como outro grande instrumento gerador de inadimplência. Contextualizando, o indivíduo que já é inadimplente pode ter acesso ao cartão de crédito independentemente de possuir suas dívidas quitadas. Outro fator preocupante é a possibilidade de parcelamento de faturas mensais, pois possui uma taxa de juros extremamente elevada. Quando o consumidor opta por não quitar a fatura por completo, está comprometendo o orçamento pessoal ou familiar no longo prazo, pois resultaria em valores muito elevados a serem pagos no futuro (SPC BRASIL, 2019).

É possível ainda identificar outro fator altamente correlacionado ao endividamento: um comportamento voltado ao consumismo por parte da sociedade. Com o poder de compra, aumenta-se também a capacidade de consumo. As facilidades de acesso ao crédito e o aumento do consumo da população têm resultado em excessivo endividamento pessoal, pois muitos indivíduos passam a comprometer uma parcela significativa de suas rendas na compra de bens e serviços (DOS SANTOS e DE SOUZA, 2014). Araújo et al., (2020, p. 12) relacionam o consumismo a fatores psicológicos:

O consumismo é um fato ligado a carência emocional. Distúrbios psicológicos são a pedra angular do consumismo. O resultado disso é o ciclo de aumentar o trabalho para manter o padrão do consumismo. Isso traz estragos emocionais e psicológicos e que o aumento trabalho não irá resolver o ciclo e só irá aumentar o desgaste emocional e psicológico do indivíduo.

Os autores argumentam que algumas das causas que acarretam o consumismo podem ser a falta de educação financeira formal, o excesso de apelos produzidos pelas estratégias de marketing e oferta de produtos, características culturais dos indivíduos, entre outros. Em complemento, os mesmos concluem que a solução para o consumismo é a consciência da necessidade de determinada compra. Se é feita uma análise para saber se realmente o produto

irá ser necessário, a possibilidade de poupar acaba sendo maior, e o dinheiro pode ser alocado de uma maneira mais útil.

A ausência de educação financeira entre os indivíduos ocorre basicamente por dois motivos: o medo de lidar com o universo financeiro, que vai desde realizar uma consulta ao saldo ou extrato bancário através de aplicativos até o receio de enfrentar suas dívidas impondo controles de gastos; até pela falta de instrução. Ferreira (2017) argumenta que a ausência de conhecimento financeiro se transforma em um problema no bem-estar da população, pois os altos índices de endividamento representam desconforto e preocupação, trazendo a possibilidade de afetar a saúde mental dos indivíduos. Artifon e Piva (2014, p. 13) identificam problemas gerados pelo excesso de dívidas:

O endividamento põe em questão o equilíbrio do indivíduo ou de seus agregados familiares, com importantes implicações sociais e psicológicas, como a marginalização e a exclusão, problemas psíquicos, alcoolismo, dissolução de famílias, perturbação da saúde física e mental das famílias, entre outros.

Em 2017 foi assegurado com o Projeto de Lei (PL) nº7318 que o ensino de educação financeira no Brasil se tornaria obrigatório nas modalidades de ensino fundamental e médio. Para Vernizzi et al., (2020) a educação financeira nas escolas se apresenta como uma estratégia fundamental para ajudar as pessoas a enfrentar seus desafios cotidianos e a realizar seus sonhos individuais e coletivos. Os autores concluem que a inclusão do ensino financeiro no ambiente escolar mobiliza competências que permitem consumir, poupar e investir de forma responsável e consciente, propiciando uma base mais segura para o desenvolvimento do país.

2.3 O ensino de Administração

De acordo com o Conselho Federal de Administração (CFA) a história dos cursos de Administração no Brasil é muito curta, principalmente se comparada ao histórico dos Estados Unidos. Em 1952, iniciava-se Administração de Empresas no Brasil, enquanto que nos Estados Unidos os primeiros cursos de Administração tiveram início no final do século 19. Serva (1990, p. 10) expressa como se originou a necessidade da abordagem do ensino de Administração em entidades superiores:

As primeiras escolas superiores de administração no Brasil surgiram como uma das consequências da política desenvolvimentista adotada a partir dos governos de Getúlio Vargas. Uma das condições básicas para a consolidação dessa política era a disponibilidade de pessoal qualificado para gerir eficazmente as organizações públicas e os diversos programas de governo, bem como os empreendimentos privados, os quais deveriam adotar critérios de racionalidade econômica.

A implantação de empresas subsidiárias e filiais norte-americanas impulsionou o processo de implantação da Administração na sociedade brasileira, surgindo então a necessidade de formação de profissionais capacitados para comandarem essas novas organizações (STORCK, 1983). Chiavenato (2021) exprime que a Administração interage com a organização geral, principalmente com a empresa. As organizações e empresas precisam ser administradas com sucesso, e a administração é a ferramenta que constitui vários recursos organizacionais (humanos, materiais, financeiros, informações e tecnologia) para atingir o alto desempenho por meio das habilidades disponíveis e atingir os objetivos exigidos.

Administração é o processo de planejar, organizar, dirigir e controlar o uso dos recursos e competências organizacionais para alcançar determinados objetivos de maneira eficiente e eficaz. Sem ela, as organizações jamais conseguiriam funcionar a contento. Daí a importância fundamental da administração. Enquanto a palavra administração se refere às bases gerais e científicas, gestão significa a maneira como a administração é realizada na prática. Essa é a diferença básica entre ambas (CHIAVENATO, 2021 p. 04).

Maximiano (2017) esclarece que o indivíduo credenciado em uma instituição superior de ensino voltada ao curso de Administração intitula-se administrador. “Em sentido amplo, as pessoas que administram qualquer conjunto de recursos são administradoras, gerentes ou gestores [...] A emergência da disciplina da administração e a demanda das grandes organizações por administradores qualificados consolidaram a administração como profissão” (MAXIMIANO, 2017, p. 05). O Administrador deve dominar as funções básicas de sua ocupação, que são desenvolvidas em quatro áreas: planejamento, organização, gestão e controle.

Planejar significa definir os objetivos e traçar de que forma se pretende alcançá-los. É a hora de estabelecer as bases de tudo que a instituição irá realizar a seguir. Sabendo onde se quer chegar, e de que jeito, é hora de preparar a estrutura para tornar isto possível. Organizar consiste em encontrar os recursos, materiais e de pessoal, que permitam à empresa realizar sua atividade com eficiência. Com tudo no lugar, ainda é necessário cuidado para manter o trem nos trilhos. Nesse momento, o administrador deve saber trabalhar com sua equipe, deixando claro as tarefas e obrigações de cada um; em resumo, dirigir seus liderados. Ao mesmo tempo, é importante saber como todos os processos aplicados estão afetando o resultado final. O controle do rendimento de cada setor é fundamental para que correções possam ser aplicadas em tempo hábil, evitando maiores erros ou desperdícios (CFA, 2019).

O Ministério da Educação (MEC), de acordo com o Parecer CNE/CES nº 438/2020 aprovado em 10 de junho de 2020, promove os conhecimentos fundamentais que devem ser abordados durante a formação de um Administrador, além de listar as competências que esse profissional deve desenvolver em sua carreira profissional, apresenta-se a seguir os pontos mais relevantes apresentados no parecer.

Art. 2º O perfil do egresso do Curso de Graduação em Administração deve expressar um conjunto coerente e integrado de conteúdos (saber), competências (saber fazer), habilidades (saber fazer bem) e atitudes (querer fazer), que inclua as capacidades fundamentais descritas nestas Diretrizes e que seja coerente com o ambiente profissional para o qual o egresso será preparado, seja ele local, regional, nacional ou global.

Parágrafo Único. O conjunto de conteúdo, competências e habilidades que constituem o perfil do egresso deve apresentar um equilíbrio adequado de competências humanas, analíticas e quantitativas.

Art. 3º O Curso de Graduação em Administração deve proporcionar aos seus egressos, ao longo da formação, além dos conhecimentos, ao menos as seguintes competências gerais:

I- Integrar conhecimentos fundamentais ao Administrador - Para além de apenas deter conhecimentos fundamentais, o egresso deve ser capaz de integrá-los para criar ou aprimorar de forma inovadora os modelos de negócios, de operacionais e organizacionais, para que sejam sustentáveis nas dimensões sociais, ambientais, econômicas e culturais. Entre os conhecimentos fundamentais incluem-se os de Economia, Finanças, Contabilidade, Marketing, Operações e Cadeia de Suprimentos, Comportamento Humano e Organizacional, Ciências Sociais e Humanas e outros que sirvam às especificidades do curso.

II - Abordar problemas e oportunidades de forma sistêmica - Compreender o ambiente, modelar os processos com base em cenários, analisando a inter-relação entre as partes e os impactos ao longo do tempo. Analisar problemas e oportunidades sob diferentes dimensões (humana, social, política, ambiental, legal, ética, econômico-financeira).

III - Analisar e resolver problemas - Formular problemas e/ou oportunidades, utilizando empatia com os usuários das soluções, elaborar hipóteses, analisar evidências disponíveis, diagnosticar causas prováveis e elaborar recomendações de soluções e suas métricas de sucesso passíveis de testes.

(...)

VI - Gerenciar recursos - Estabelecer objetivos e metas, planejar e priorizar ações, controlar o desempenho, alocar responsabilidades, mobilizar as pessoas para o resultado.

(...)

§ 1º - Além das competências gerais, devem ser agregadas as competências específicas em acordo com a especificidade do curso.

§ 2º - As competências descritas no caput, assim como as competências específicas, devem ser compreendidas como tendo seu desenvolvimento ao longo do curso, não pela simples exposição a uma disciplina ou componente curricular, requerendo que o estudante pratique a capacidade em ambientes similares ao da futura realidade de atuação e receba feedback construtivo em relação ao seu desempenho (MEC, 2020 p. 04).

O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) é o programa responsável pela avaliação de critérios relacionados a qualidade dos cursos de ensino superior em faculdades e universidades de todo o país. Com o ENADE é possível medir o rendimento dos que estão concluindo cursos de graduação em relação aos conteúdos abordados em suas diretrizes curriculares, o desenvolvimento de competências essencial ao aperfeiçoamento da formação geral e profissional, e o nível de atualização dos estudantes relacionado à realidade do Brasil e do mundo (GOVERNO DO BRASIL, 2020).

A partir dos resultados gerados, são constituídos o Conceito Preliminar de Curso (CPC) e Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC) (MEC, 2018). O CPC diz respeito a

avaliação do curso, que pode variar entre 1 e 5. Conceitos na faixa 4 e 5 são considerados bons e excelentes e notas nas faixas 2 e 1 são insatisfatórias. No cálculo, devem ser considerados o desempenho dos alunos na prova do ENADE, Indicador da Diferença entre Desempenho Real e Esperado (IDD), informações sobre o corpo docente e a visão dos alunos sobre o processo de formação (MEC, 2018). Em relação ao IGC, são considerados quesitos responsáveis pela avaliação da instituição, como a distribuição de acadêmicos entre os diferentes níveis de ensino, média dos CPCs dos últimos três anos (relativos aos cursos avaliados da instituição) e o valor médio (das três últimas avaliações) dos conceitos de avaliação dos programas de mestrado e doutorado coordenados pelo Programa de Aperfeiçoamento de Talentos de Ensino Superior (Capes) vinculados ao MEC (MEC, 2018). O exame do ENADE 2018 foi aplicado em 25 de novembro, em todo o território nacional, para cerca de 550 mil estudantes de cursos de 27 áreas (MEC, 2018). Dados da avaliação do ENADE de 2018 foram organizados pelo site Você S/A, onde é apresentado o ranking de notas das instituições de ensino participantes. A tabela a seguir (Tabela 01) apresenta os cursos de administração avaliados com o CPC notas 5:

Tabela 01 – Cursos de graduação em administração com CPCs notas 5.

Instituição de ensino	Categoria	Modalidade	Município	UF	CPC
Faculdade ICESP de Brasília	Privada	Presencial	Brasília	DF	5
Faculdade Brasileira	Privada	Presencial	Vitoria	ES	5
Universidade Católica de Brasília	Privada	À Distância	Brasília	DF	5
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo	Pública	Presencial	Colatina	ES	5
Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas	Privada	Presencial	Rio De Janeiro	RJ	5
Faculdade de Informática e Administração Paulista	Privada	Presencial	São Paulo	SP	5
Universidade Católica de Brasília	Privada	Presencial	Brasília	DF	5
Faculdades Integradas de Cacoal	Privada	Presencial	Cacoal	RO	5
Faculdade Norte Capixaba de São Mateus	Privada	Presencial	São Mateus	ES	5
Centro Universitário da Grande Dourados	Privada	Presencial	Dourados	MS	5
Faculdade SOCIESC	Privada	Presencial	Florianópolis	SC	5
Centro Universitário de Várzea Grande	Privada	Presencial	Várzea Grande	MT	5
Faculdade de Ensino Superior da Cidade de Feira de Santana	Privada	Presencial	Feira De Santana	BA	5
Centro Universitário De Votuporanga	Privada	Presencial	Votuporanga	SP	5
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo	Pública	Presencial	Jacareí	SP	5
Faculdade Arthur Sá Earp Neto	Privada	Presencial	Petrópolis	RJ	5
Centro Universitário UNIFITEC	Privada	Presencial	Caxias Do Sul	RS	5
Universidade do Grande Rio Professor José de Souza Herdy	Privada	Presencial	Macaé	RJ	5
Faculdade de Tecnologia E Ciências	Privada	Presencial	Salvador	BA	5

Faculdade da Amazônia Ocidental	Privada	Presencial	Rio Branco	AC	5
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais Aplicadas do Araguaia	Privada	Presencial	Barra Do Garças	MT	5
Faculdade de Tecnologia e Ciências de Vitória da Conquista	Privada	Presencial	Vitoria Da Conquista	BA	5
Universidade Federal de Lavras	Pública	Presencial	Lavras	MG	5
Universidade Cruzeiro do Sul	Privada	Presencial	São Paulo	SP	5
Faculdade Redentor de Campos	Privada	Presencial	Campos Dos Goytacazes	RJ	5

Fonte: Elaborada pelo autor com base em Você S/A (2020).

3. Material e métodos

Para a elaboração desta pesquisa foi adotada uma pesquisa descritiva, cujo “objetivo primordial é a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis” (GIL, 1994 p. 28). Esse tipo de pesquisa permite ainda utilizar métodos formais, que se equiparam aos projetos experimentais, caracterizados pela precisão e controle estatísticos, com o intuito de fornecer dados para a verificação de eventualidades (LAKATOS e MARCONI, 2001).

Em relação ao procedimento técnico utilizado para a coleta de dados na pesquisa, a mesma foi elaborada por meio da pesquisa documental, que “consiste num intenso e amplo exame de diversos materiais que ainda não sofreram nenhum trabalho de análise, ou que podem ser reexaminados, buscando-se outras interpretações ou informações complementares, chamados de documentos” (KRIPKA et al., 2015 p. 244). “A pesquisa documental, bem como outros tipos de pesquisa, propõe-se a produzir novos conhecimentos, criar novas formas de compreender os fenômenos e dar a conhecer a forma como estes têm sido desenvolvidos” (KRIPKA et al., 2015 p. 244).

3.1 Abordagem de pesquisa

Para fins de abordagem, a pesquisa quantitativa foi utilizada, pois provém de diversos fatores, como a natureza dos dados coletados, a extensão da ampliação da amostra, os instrumentos de pesquisa e os pressupostos teóricos que nortearam a análise (GIL, 2002). “Pode-se, no entanto, definir esse processo como uma sequência de atividades, que envolve desse a coleta, organização, tratamento, análise e interpretação de dados, a categorização desses dados, sua interpretação e a redação do relatório” (GIL, 2002 p. 134).

3.2 Coleta de dados

Além da busca e acesso a documentos disponibilizados no Ministério da Educação (MEC) e no Conselho Federal de Administração (CFA), foram consultados documentos, tais como as ementas das disciplinas dos cursos de Administração das UFs, assim como os projetos pedagógicos e o Projeto de Lei referente ao ensino de Educação Financeira nas escolas públicas. Para a elaboração do mapa que apresenta a localização das Universidades Federais em todo território nacional foi utilizada a ferramenta Google Maps.

O processo primário de coleta de dados foi realizado por meio da busca de documentos disponibilizados nos sites de Universidades Federais, nas áreas destinadas ao curso de Administração. O objetivo dessa análise foi entender de que modo a instrução em Educação Financeira tem sido tratada em tais instituições de ensino. Para isso, se fez necessário analisar as matrizes curriculares, assim como os ementários de todos os cursos de Administração existentes nas universidades. Simultaneamente ao processo de pesquisa, foi elaborada uma tabela através do software Microsoft Excel, responsável por organizar os elementos fundamentais para a conclusão da busca.

O critério de busca obedeceu às seguintes etapas e os seguintes dados foram levantados: nome de todas as Universidades Federais do país, sigla de identificação dessas universidades, campus sede dessas universidades e as unidades federativas que as instituições estão localizadas. Através do acesso aos sites das Universidades Federais, selecionou-se apenas aquelas que disponibilizam o bacharel em Administração em sua grade de cursos ofertados, quando foram considerados apenas os cursos de modalidade presencial disponíveis no campus principais dessas Universidades Federais.

Tabela 02 – Documentos analisados na coleta de dados.

Número	Documento	Origem
1	Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Administração	Site do MEC
2	Funções e responsabilidades a serem cumpridas pelo Administrador	Site do CFA
3	Projeto de Lei (PL) 7318/2017	Site do Senado
4	Ementas das disciplinas e projetos pedagógicos dos cursos de Administração	Sites das Universidades Federais
5	Localização das UFs em território nacional	Google Maps

Fonte: elaborado pelo autor (2021).

3.3 Técnica para análise de dados

Quanto a técnica utilizada para apresentar e analisar os dados coletados, utilizou-se a estatística simples descritiva, que tem por finalidade sintetizar uma sequência de valores de mesma natureza, possibilitando uma visão global da variação de tais valores, sendo capaz de organizar e descrever os dados das seguintes maneiras: por meio de tabelas, de gráficos e de medidas descritivas (GUEDES et al., 2005).

4. Resultados e Discussão

4.1 Apresentação e contexto da pesquisa

O ensino de Educação Financeira tem um papel fundamental na formação do profissional Administrador, pois tal habilidade se reflete diretamente no desempenho e na carreira desses profissionais, que durante sua trajetória profissional no mercado de trabalho, tende a passar por situações que exigirão conhecimentos sobre o assunto. A ausência ou a insuficiência de instrução sobre Educação Financeira pode comprometer a qualidade da formação do Administrador em seu processo de formação e atuação profissional. Ainda como um cidadão, o indivíduo capaz de operar suas finanças colabora não só com sua vida privada, mas também em um âmbito macroeconômico (AMORIM, 2016).

Quando se observa a integralidade da formação de bacharéis em Administração, a partir do contexto do ensino superior público federal, assim como as competências e habilidades requeridas desse profissional, é exigido segundo o MEC (2020) que o futuro profissional em Administração esteja dotado de um conjunto de competências gerais e específicas de acordo com as particularidades do curso. O Administrador deve ter a compreensão sobre os conhecimentos fundamentais que fazem parte do corpo da formação do profissional: contabilidade, comportamento humano e organizacional, ciências sociais, economia, finanças e os demais inclusos nas particularidades do curso. Tais conhecimentos irão fundamentar a abordagem dos problemas de forma sistêmica permitindo que o administrador avalie determinadas situações sob diferentes dimensões.

O que fundamenta a conclusão de que a ausência de disciplinas e/ou tópicos relacionados a educação financeira pode acarretar prejuízos e efeitos negativos nessa formação. A maioria dos indivíduos, quando adultos, ignoram o tema e conduzem suas vidas e patrimônio, sem orientação financeira e sem competência para administrar o dinheiro. As consequências se firmam de modo

que, ninguém, seja qual for o seu cargo profissional, está livre de adversidades ligadas ao mundo das finanças (MARTINS, 2004).

A afirmação de que o tema Educação Financeira tem sua importância na formação do indivíduo ainda como cidadão, está expressa no Projeto de Lei (PL) 7318/2017, responsável por alterar os artigos 26, 32 e 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, visando a inclusão da disciplina “Educação Financeira” nas escolas que oferecem ensino fundamental e médio. Os trechos mais importantes do PL foram retratados a seguir.

Art. 2º. Os artigos 26, 32 e 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art.26 (...)

§ 11 Os currículos do ensino fundamental e médio devem abranger, obrigatoriamente, a matéria ‘Educação Financeira’.

§ 12 A disciplina prevista no § 11 deverá ser ministrada obrigatoriamente por profissional de contabilidade com inscrição principal ou suplementar ativa no Conselho Regional de Contabilidade do Estado onde está localizada a escola, podendo inclusive, ser ministrada por técnicos em contabilidade, desde de que tenham mais de 5 anos de inscrição ativa no conselho profissional, com comprovada prática profissional na função.

Art.32 (...)

V – A compreensão dos princípios básicos de economia por meio da ‘Educação Financeira’.

Art.36 (...)

VI – Será incluída a ‘Educação Financeira’ como instrumento de compreensão dos princípios básicos de economia (BRASIL, 2017)

A justificativa para a implementação da disciplina “Educação Financeira” desde os centros de educação básica e média vem da premissa de que os futuros cidadãos, ao adotar uma postura proativa e positiva em relação às suas finanças pessoais e/ou familiares poderão influenciar no crescimento econômico do país, e para isso é necessário que os mesmos sejam bem instruídos de forma que possam futuramente contribuir com o desenvolvimento financeiro da nação. Munido do entendimento sobre finanças, o cidadão evitará situações que comprometam sua saúde financeira de forma a garantir o planejamento de seu futuro de maneira responsável.

De acordo com dados disponibilizados no Conselho Regional de Contabilidade do estado de Goiás (CRC-GO), extraídos da Pesquisa Global de Educação Financeira (PGEF) realizada pela S&P Rating Services, o Brasil ocupa a 74ª posição em um ranking global que mede o nível de educação financeira de 144 países, ficando em posição inferior a países mais pobres como Madagascar, Togo e Zimbábue.

A PGED, conduzida por meio de entrevistas, foi responsável por avaliar o conhecimento dos participantes por meio de cinco perguntas sobre o conhecimento em quatro temáticas financeiras básicas: aritmética, diversificação de risco, inflação e juros compostos. O

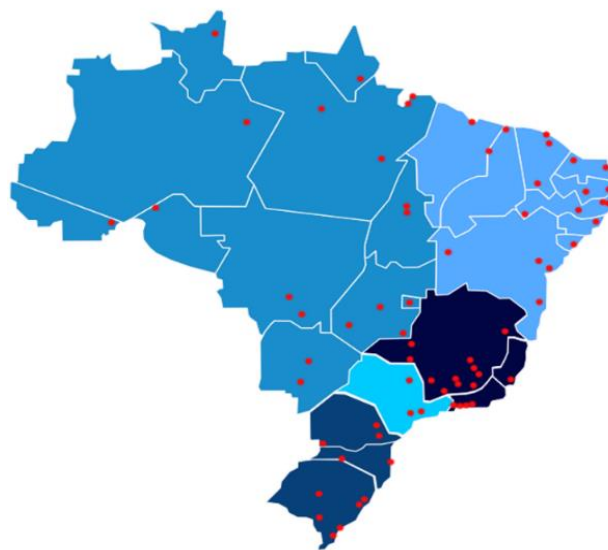
entrevistado era considerado “educado financeiramente” quando respondia de forma correta a pelo menos três das cinco perguntas, demonstrando o domínio aos temas tratados.

No Brasil, apenas 35% dos entrevistados responderam corretamente a pelo menos três dos quatro tópicos. O resultado aponta que grande parte da população brasileira não possui conhecimentos básicos sobre Educação Financeira, mesmo que o país possua meios legais responsáveis para contornarem essa situação. Vale ressaltar que as instituições de ensino superior não estão inseridas ao Projeto de Lei, que garante o ensino de Educação Financeira ao estudante, o que levanta o questionamento sobre a ausência da temática em instituições de ensino superior direcionadas a formar o profissional diretamente para atuar no mercado de trabalho.

4.2 Um panorama das Universidades Federais brasileiras

O sistema de Ensino Superior Federal brasileiro é composto por 69 universidades federais distribuídas em todo o território nacional (Figura 01), e os Institutos Federais de Educação, que oferecem além de cursos de graduação e pós-graduação, educação básica e profissionalizante. As Universidades Federais (UFs) fazem parte do interesse da maioria da população que busca qualificação para a inserção de qualidade no mercado de trabalho. A grande concorrência por vagas nessas instituições de ensino pode ser justificada pelos seguintes aspectos: ensino oferecido de forma gratuita, de alta qualidade, elevada formação acadêmica da qualificação exigida do corpo docente e a valorização do diploma no mercado de trabalho (MEC, 2021).

Figura 01 – Localização dos campus principais das Universidades Federais do Brasil.



Fonte: Elaborada pelo autor (2021).

A região Nordeste é a que possui maior número de UFs, quando comparada ao restante das regiões do país, totalizando 20 instituições de ensino superior. Em seguida vem a região Sudeste que conta com 19 UFs, as regiões Norte e Sul, que possuem 11 UFs cada, e a região Centro-Oeste que possui 8 UFs, conforme relatado na Tabela 03.

Tabela 03 – Quantidade de Universidades Federais por região

Região	Quantidade de Universidades Federais (campus principais)
Nordeste	20
Sudeste	19
Norte	11
Sul	11
Centro-Oeste	8

Fonte: Elaborado pelo autor com base em PEBSP (2020).

Consideradas grandes centros de cultura e ciência, as UFs, além de oferecem cursos de graduação de excelente formação acadêmica, disponibilizam de forma gratuita cursos de pós-graduação, mestrado e doutorado, e são responsáveis pela maior parte da inserção de minorias no Ensino Superior e possuem infraestrutura para o desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão. Tendo em vista a formação como Administrador, a Fundação Unigranrio afirma com base nos dados do portal Guia do Estudante, que a graduação em Administração foi a segunda a ter a maior quantidade de alunos matriculados no ano de 2019, ficando atrás apenas do curso de Direito. Essa atração por conta dos estudantes pode ser explicada, dentre outros, pelo fato do curso de Administração possuir em seu escopo, um conjunto de disciplinas regulares com característica abrangente e sistêmica, que discute várias temáticas igualmente importantes.

Tais temáticas são distribuídas nos núcleos disciplinares de Finanças, Marketing, Gestão de Pessoas, Economia e Humanidades. Além disso, o mercado de trabalho oferece inúmeras oportunidades para aqueles que são formados em Administração, proporcionando a participação desses profissionais tanto em empresas públicas, privadas e sem finalidade lucrativa, ocupando cargos em áreas de Gestão, Marketing, Recursos Humanos, Gestão de Pessoas, Controladoria e Finanças, Logística, entre outros, desde que o profissional esteja inteiramente capacitado para exercer funções que exijam os conhecimentos necessários. O MEC estabelece no Parecer CNE/CES nº 438/2020, aprovado em 10 de julho de 2020, as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Administração, e os conteúdos a serem ministrados durante a formação do

acadêmico, entretanto não cita diretamente as disciplinas que devem ser abordadas durante a formação:

Art. 2º O perfil do egresso do Curso de Graduação em Administração deve expressar um conjunto coerente e integrado de conteúdos (saber), competências (saber fazer), habilidades (saber fazer bem) e atitudes (querer fazer), que inclua as capacidades fundamentais descritas nestas Diretrizes e que seja coerente com o ambiente profissional para o qual o egresso será preparado, seja ele local, regional, nacional ou global.

Parágrafo Único. O conjunto de conteúdos, competências e habilidades que constituem o perfil do egresso deve apresentar um equilíbrio adequado de competências humanas, analíticas e quantitativas.

Art. 3º O Curso de Graduação em Administração deve proporcionar aos seus egressos, ao longo da formação, além dos conhecimentos, ao menos as seguintes competências gerais: I- Integrar conhecimentos fundamentais ao Administrador - Para além de apenas deter conhecimentos fundamentais, o egresso deve ser capaz de integrá-los para criar ou aprimorar de forma inovadora os modelos de negócios, de operacionais e organizacionais, para que sejam sustentáveis nas dimensões sociais, ambientais, econômicas e culturais. Entre os conhecimentos fundamentais incluem-se os de Economia, Finanças, Contabilidade, Marketing, Operações e Cadeia de Suprimentos, Comportamento Humano e Organizacional, Ciências Sociais e Humanas e outros que sirvam às especificidades do curso. (MEC, 2020 p. 14).

As UFs possuem uma larga extensão e abrangência de localidades no território brasileiro. Todos os estados do país detêm pelo menos um campus universitário em sua área de extensão, o que permite a democratização e a oportunidade de ensino público, gratuito e de qualidade para os indivíduos interessados em uma formação superior, que permita adquirir uma profissão e o desempenho de uma carreira de trabalho.

A tabela a seguir (Tabela 04) apresenta todas as Universidades Federais Brasileiras:

Tabela 04 – Universidades Federais brasileiras

Número	Universidade	Sigla	Sede	Unidade Federativa
				(continua...)
1	Universidade Federal do Acre	UFAC	Rio Branco	Acre
2	Universidade Federal de Alagoas	UFAL	Maceió	Alagoas
3	Universidade Federal do Amapá	UNIFAP	Macapá	Amapá
4	Universidade Federal do Amazonas	UFAM	Manaus	Amazonas
5	Universidade Federal da Bahia	UFBA	Salvador	Bahia
6	Universidade Federal do Oeste da Bahia	UFOB	Barreiras	Bahia
7	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	UFRB	Cruz das Almas	Bahia
8	Universidade Federal do Sul da Bahia	UFSB	Jorge Amado	Bahia
9	Universidade Federal da Lusofonia Afro-Brasileira	UNILAB	Redenção	Ceará
10	Universidade Federal do Cariri	UFCA	Juazeiro do Norte	Ceará
11	Universidade Federal do Ceará	UFC	Fortaleza	Ceará
12	Universidade de Brasília	UnB	Brasília	Distrito Federal
13	Universidade Federal do Espírito Santo	UFES	Vitória	Espírito Santo
14	Universidade Federal de Catalão	UFCat	Catalão	Goiás
15	Universidade Federal de Goiás	UFG	Goiânia	Goiás

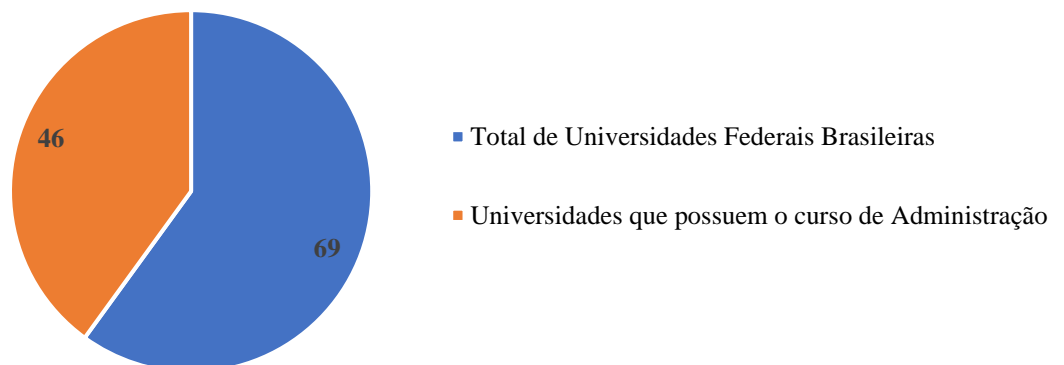
16	Universidade Federal de Jataí	UFJ	Jataí	Goiás
17	Universidade Federal do Maranhão	UFMA	São Luís	Maranhão
18	Universidade Federal de Mato Grosso	UFMT	Cuiabá	Mato Grosso
19	Universidade Federal de Rondonópolis	UFR	Rondonópolis	Mato Grosso
20	Universidade Federal da Grande Dourados	UFGD	Dourados	Mato Grosso do Sul
21	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	UFMS	Campo Grande	Mato Grosso do Sul
22	Universidade Federal de Alfenas	UNIFAL	Alfenas	Minas Gerais
23	Universidade Federal de Itajubá	UNIFEI	Itajubá	Minas Gerais
24	Universidade Federal de Juiz de Fora	UFJF	Juiz de Fora	Minas Gerais
25	Universidade Federal de Lavras	UFLA	Lavras	Minas Gerais
26	Universidade Federal de Minas Gerais	UFMG	Belo Horizonte	Minas Gerais
27	Universidade Federal de Ouro Preto	UFOP	Mariana	Minas Gerais
28	Universidade Federal de São João Del-Rei	UFSJ	São João Del-Rei	Minas Gerais
29	Universidade Federal de Uberlândia	UFU	Uberlândia	Minas Gerais
30	Universidade Federal de Viçosa	UFV	Viçosa	Minas Gerais
31	Universidade Federal do Triângulo Mineiro	UFTM	Uberaba	Minas Gerais
32	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	UFVJM	Diamantina	Minas Gerais
33	Universidade Federal do Oeste do Pará	UFOPA	Santarém	Pará
34	Universidade Federal do Pará	UFPA	Belém	Pará
35	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará	UNIFESSPA	Marabá	Pará
36	Universidade Federal Rural da Amazônia	UFRA	Belém	Pará
37	Universidade Federal da Paraíba	UFPB	João Pessoa	Paraíba
38	Universidade Federal de Campina Grande	UFCG	Campina Grande	Paraíba
39	Universidade Federal da Integração Latino-Americana	UNILA	Foz do Iguaçu	Paraná
40	Universidade Federal do Paraná	UFPR	Curitiba	Paraná
41	Universidade Tecnológica Federal do Paraná	UFTPR	Curitiba	Paraná
42	Universidade Federal de Pernambuco	UFPE	Caruaru	Pernambuco
43	Universidade Federal do Agreste de Pernambuco	UFAPE	Garanhuns	Pernambuco
44	Universidade Federal do Vale do São Francisco	UNIVASF	Petrolina	Pernambuco
45	Universidade Federal Rural de Pernambuco	UFRPE	Recife	Pernambuco
46	Universidade Federal do Delta do Parnaíba	UFDPAr	Parnaíba	Piauí
47	Universidade Federal do Piauí	UFPI	Teresina	Piauí
48	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	UNIRIO	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
49	Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
50	Universidade Federal Fluminense	UFF	Niterói	Rio de Janeiro
51	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	UFRRJ	Seropédica	Rio de Janeiro
52	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	UFRN	Natal	Rio Grande do Norte
53	Universidade Federal Rural do Semi-Árido	UFERSA	Mossoró	Rio Grande do Norte
54	Universidade de Ciências da Saúde de Porto Alegre	UFCSPA	Porto Alegre	Rio Grande do Sul
55	Universidade Federal de Pelotas	UFPEL	Pelotas	Rio Grande do Sul
56	Universidade Federal de Santa Maria	UFSM	Santa Maria	Rio Grande do Sul
57	Universidade Federal do Pampa	Unipampa	Bagé	Rio Grande do Sul
58	Universidade Federal do Rio Grande	FURG	Carreiros	Rio Grande do Sul

59	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFRGS	Porto Alegre	Rio Grande do Sul
60	Universidade Federal de Rondônia	UNIR	Porto Velho	Rondônia
61	Universidade Federal de Roraima	UFRR	Paricarana	Roraima
62	Universidade Federal da Fronteira Sul	UFFS	Chapecó	Santa Catarina
63	Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC	Florianópolis	Santa Catarina
64	Universidade Federal de São Carlos	UFSCar	São Carlos	São Paulo
65	Universidade Federal de São Paulo	UNIFESP	São Paulo	São Paulo
66	Universidade Federal do ABC	UFABC	Santo André	São Paulo
67	Universidade Federal de Sergipe	UFS	Aracajú	Sergipe
68	Universidade Federal do Norte do Tocantins	UFNT	Araguaína	Tocantins
69	Universidade Federal do Tocantins	UFT	Palmas	Tocantins

Fonte: Elaborado pelo autor com base em PEBSP (2020).

Como pode ser visto na figura 02, das 69 instituições UFs, apenas 46 delas oferecem o bacharel em Administração. A graduação em Administração Pública e os bacharéis em Administração ministrados à distância não foram considerados na pesquisa.

Figura 02 – UFs brasileiras que possuem o curso de Administração



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

4.3 Análise curricular das disciplinas vinculadas ao curso de Administração

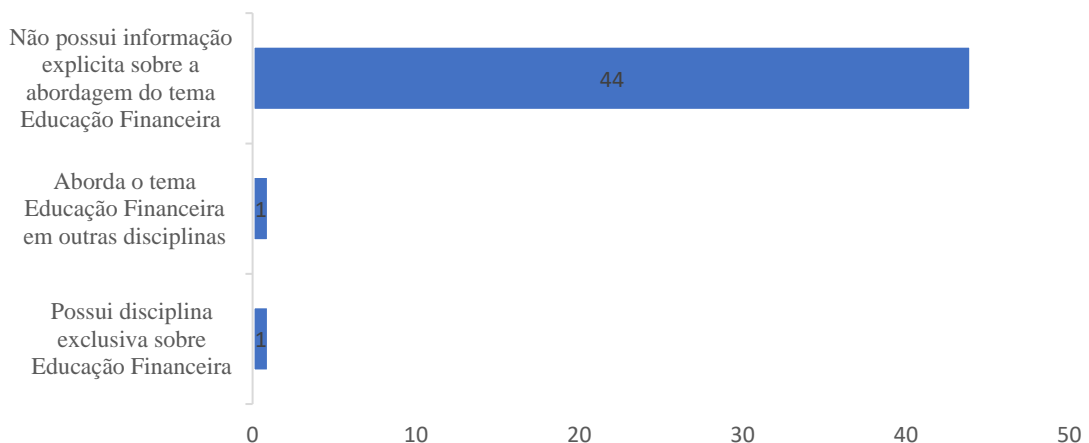
Esse fracionamento possibilitou uma extensa pesquisa na documentação curricular disponibilizada nos sites das UFs, relacionados as ementas das disciplinas ofertadas nos 46 cursos, considerando as disciplinas obrigatórias e eletivas, buscando identificar a inserção do ensino de Educação Financeira, tanto em forma de disciplina, como inserida como tópico ou

temática dentro da ementa das disciplinas, nos conteúdos ministrados nos cursos de graduação. Como dito anteriormente, a busca foi realizada nos sites das UFs, e os principais termos considerados foram: “Educação Financeira”, “Alfabetização Financeira”, “Gestão Financeira” e “Finanças Pessoais”.

Todas as ementas das disciplinas pertencentes aos núcleos de Marketing, Finanças, Contabilidade e Economia foram analisadas detalhadamente, a fim de encontrar alguma correlação com o tema Educação Financeira. Para essa etapa, foram utilizadas aproximadamente duas semanas, sendo uma semana voltada para a coleta de todas as informações e mais uma semana para realizar uma revisão e corrigir possíveis inconsistências.

Os resultados apontaram que, das 46 grades curriculares dos cursos de Administração que foram analisadas, apenas uma grade curricular apresentou uma matéria exclusivamente voltada para Educação Financeira. A disciplina, oferecida pela Universidade Federal do Oeste da Bahia, é intitulada como “Finanças Pessoais” e é ofertada de maneira *optativa*. A Universidade Federal de Itajubá oferece duas disciplinas que abordam o tema “Finanças Pessoais” em seus ementários, que são as disciplinas: “Finanças-Conceitos e Aplicações” e “Finanças Comportamentais”, sendo a primeira oferecida de forma obrigatória e a segunda de forma optativa. As demais ementas das Universidades Federais investigadas não apresentaram de forma *explícita*, qualquer indício de abordagem formal e direta do tema Educação Financeira em suas estruturas curriculares, o que não significa dizer que não o façam, no entanto, considerando os documentos acessados, a conclusão que se pode chegar foi essa.

Figura 03 – Abordagem do tema Educação Financeira nas Universidades Federais.



Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

Diante dos resultados apresentados, nota-se que a temática Educação Financeira não está inserida de forma transparente e objetiva, nas ementas das disciplinas obrigatórias e eletivas dos cursos de Administração oferecidos pelas Universidades Federais brasileiras. Entretanto, admite-se a possibilidade de o tema ser abordado durante o processo de formação do estudante, por meio de disciplinas identificadas como “Tópicos Especiais”, ou ainda dentro das aulas conduzidas pelos professores das disciplinas que compõem os núcleos de Finanças e Contabilidade.

No entanto, o que se observa é a ausência ou inexistência do tema considerado de forma efetiva e primária na formação do administrador, como disciplina obrigatória ou eletiva, ou ainda como um tópico integrante da ementa das disciplinas. O fato de não tratá-lo dessa forma, pode ser considerada uma fragilidade na formação desse profissional. O desfecho exibido entra em divergência com a defesa de Amorim (2016), quando afirma que para projetar a formação do administrador fora da universidade, é preciso trabalhar todas as competências que o profissional exercerá em instituições inseridas na sociedade, enfatizando a Educação Financeira como chave para a formação do futuro empresariado.

O entendimento aliado a prática de educação financeira capacita os indivíduos a controlarem o seu orçamento pessoal e familiar visando a gestão das finanças pessoais, tornando a condução de sua vida financeira equilibrada, evitando riscos e assumindo limites. Além disso, conscientiza-os na adoção de hábitos econômicos que os auxilia a alcançarem um padrão de vida satisfatório (BACEN, 2013). Além disso, segundo o CFA (2019), a maior responsabilidade do profissional formado em Administração é gerenciar da melhor forma os recursos de uma empresa. Ao mesmo tempo, deve-se garantir que os objetivos previamente definidos sejam alcançados e, em casos de falhas, investigar a causa da falta de sucesso em determinado movimento. Ferreira (2010) afirma que o caminho para se tornar um administrador competente inicia-se pela organização de suas finanças.

Rodrigues e Mathias (2016) destacam que as Diretrizes Curriculares Nacionais estabelecem as áreas intrínsecas dos conteúdos de formação profissional que devem ser contempladas na matriz curricular dos cursos de graduação, entretanto não sugerem os conteúdos que deveriam ser abordados em cada uma das áreas, sendo assim, os autores propõem a adição e a distribuição de disciplinas voltadas a Finanças, que abordem em seu ementário, a temática Finanças Pessoais. Sabe-se que é de responsabilidade do Administrador gerenciar direta ou indiretamente os recursos financeiros de uma organização, para isso, é importante que o profissional adquira uma capacitação ampla na gestão financeira, que é de inquestionável importância para que o mesmo tenha entendimento e experiência quando se trata de finanças.

A adição de disciplinas voltadas à educação financeira não somente auxiliaria os acadêmicos em sua carreira profissional, mas também em situações cotidianas, ainda na condição de graduandos desenvolveriam habilidades capazes de contornar situações causadas pela falta do equilíbrio financeiro pessoal, como o endividamento, inadimplência, o gasto excessivo e desnecessário de dinheiro, característica principal do consumismo exagerado.

5. Conclusões

Esse trabalho teve como objetivo compreender como o tema educação financeira tem sido abordado nos cursos de Administração oferecidos por universidades federais brasileiras, por meio de uma análise curricular das disciplinas obrigatórias e eletivas oferecidos por essas instituições de ensino. Considerando a importância que o tema Educação Financeira possui de forma transversal na vida dos indivíduos, de maneira que os auxilie na tomada de decisões adequadas, atreladas ao consumo sadio e a outros fatores positivos, colaboram para a obtenção de qualidade de vida, mantendo as finanças pessoais e/ou familiares equilibradas. Parece ser um caminho mais adequado que o entendimento e a prática em Educação Financeira sejam abordados a partir da formação escolar regular oferecida nos centros de ensino para que, desde o início de seus estudos, os indivíduos tenham contato com o tema e desenvolvam a capacidade para aplicá-la na gestão financeira pessoal no futuro.

Diante disso, os resultados preliminares dessa pesquisa apontam que a abordagem do tema Educação Financeira nos cursos de Administração oferecidos pelas UFs brasileiras tem sido conduzida de forma limitada, visto que o assunto não está presente de forma explícita e objetiva na forma de disciplina, conforme análise das grades curriculares, ou na forma de tópico inserido nas ementas das disciplinas obrigatórias e/ou eletivas constantes nas grades curriculares analisadas. Vale mencionar que grande parte das disciplinas do núcleo de Finanças são prioritariamente voltadas para o desenvolvimento de habilidades direcionadas a gestão organizacional e empresarial, de modo que para aplicar os conteúdos dessas disciplinas na vida financeira dos administradores, seria necessário promover ajustes e adequações nos tópicos abordados em sala de aula.

Dessa forma, entende-se que a abordagem do tema Educação Financeira na condição de disciplina eletiva ou como tópicos especiais, substituiria esta necessidade de adequação de conteúdos voltados inteiramente ao gerenciamento de recursos empresariais, além do fato de contribuir com a excelência de gestão de recursos pessoais dos acadêmicos, que ainda estão em seu processo de formação pessoal e profissional. A percepção de como gerir as finanças pessoais

funciona como um entendimento primário e fundamental sobre o controle financeiro, trabalhando como um conhecimento fundamental e facilitador, preparando o acadêmico para operar finanças empresariais no futuro.

Algumas limitações foram observadas no decorrer dessa pesquisa, em relação ao levantamento dos dados, foram observadas inconsistências nos sites das UFs, dificuldades de acesso as informações e a falta de transparência nos projetos pedagógicos dos cursos, assim como nas grades curriculares e ementas das disciplinas. Outro fator limitador foi a crise sanitária ocasionada pela pandemia, que recomendou o distanciamento social e a suspensão de atividades presenciais nas UFs, fato que dificultou o levantamento de outras formas de coleta de dados, tais como entrevistas com coordenadores dos cursos de Administração, a fim de checar as informações levantadas nos sites das UFs, ou ainda a aplicação de questionários com os professores dos núcleos de Finanças e Contabilidade, para ouvi-los sobre a possível condução do tema nos conteúdos das disciplinas ministradas por eles. Reconhece-se que outras fontes de coleta de dados ofereceriam a essa pesquisa, um panorama mais fidedigno para análise da proposta de estudo.

Dessa forma, sugere-se para pesquisas futuras que desejem contribuir com esse debate, a discussão do tema a partir das percepções dos professores (como dito anteriormente) e dos acadêmicos do curso de Administração, para melhor expressar a ausência da temática na vida pessoal e profissional dos acadêmicos, com perguntas voltadas ao conhecimento e prática de Educação Financeira dos estudantes das UFs, o que seria essencial para coletar informações mais centradas e objetivas, relacionando-os com o tema formação do profissional Administrador.

Vale considerar a utilização dessa proposta direcionada a instituições de ensino superior privadas que ofertam o curso de Administração, e após isso realizar um comparativo com os resultados coletados nas UFs. Outra sugestão seria ampliar as possibilidades desse trabalho, aplicando um formulário que questione aos correspondentes acerca de sua situação financeira, assim como a utilização de outras formas para guardar dinheiro, planejar o futuro e não acumular dívidas.

Ainda que possua limitações, entende-se que essa pesquisa oferece uma contribuição ao debate que engloba o tema Educação Financeira na formação profissional do Administrador, de forma que levanta a discussão, aponta sua importância e as limitações com as quais o tema tem sido conduzido no âmbito das UFs, dos conselhos de classe, das organizações, da sociedade, e da academia. Entende-se que é importante que o assunto seja debatido e ganhe mais notoriedade dentro das UFs, já que a Educação Financeira possui inquestionável relevância na vida pessoal e profissional dos acadêmicos que ingressarão no mercado de trabalho, em busca do

desenvolvimento de uma carreira profícua, sendo elementar que saibam controlar suas finanças pessoais e/ou familiares, com intuito de garantirem bem-estar e qualidade de vida. Não somente isso, mas sobretudo que possam atuar como administradores na gestão das finanças organizacionais, de maneira coerente com suas práticas pessoais.

6. Referências Bibliográficas

AMORIM, E. R. **Quem forma ADMINISTRADORES?** Evidências da formação coletiva do administrador a partir das finanças pessoais. 2016. 49 f. TCC (Graduação) - Curso de Administração, Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/36370>. Acesso em: 20 abr. 2021.

ARAUJO, B; FRANCISCO, M; PADILHA, F; MECI, R. EDUCAÇÃO FINANCEIRA. **Revista Unilago**, São José do Rio Preto, v. 1, n. 1, p. 1-15, 11 jul. 2018. Disponível em: <http://revistas.unilago.edu.br/index.php/revista-cientifica/issue/view/19>. Acesso em: 17 mar. 2021.

ARTIFON, S; PIVA, M. Endividamento nos dias atuais: fatores psicológicos implicados neste processo. **Psicologia Pt**, Porto, v. 1, n. 1, p. 1-41, 23 mar. 2014. Disponível em: <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0771.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2021.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). **48% dos brasileiros não controlam o próprio orçamento, revela pesquisa CNDL/SPC Brasil**. 2020. Disponível em: <https://www.spcbrasil.org.br/pesquisas/pesquisa/7171>. Acesso em: 05 nov. 2021.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). **Caderno de Educação Financeira: Gestão de Finanças Pessoais (Conteúdo Básico)**. 2013. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/Cuidando_do_seu_dinheiro_Gestao_de_Financas_Pessoais/caderno_cidadania_financeira.pdf. Acesso em: 24 mar. 2021.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). **Série Cidadania Financeira: Estudos sobre Educação, Proteção e Inclusão**. 2020. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/serie_cidadania/serie_cidadania_financeira_6_endividamento_risco.pdf. Acesso em: 04 nov. 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei 7318/2017**. Altera os artigos 26, 32 e 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir a disciplina "Educação Financeira" na matriz curricular nacional no ensino fundamental e médio. Brasília: Câmara dos Deputados, 2017. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2128440>. Acesso em 20 abr. 2021.

BRITO, L. S; BAPTISTA, J. A; DA SILVA, S. R; BRAZ, S; HENRIQUE, M. R. A importância da Educação Financeira nos contextos acadêmico e profissional: um levantamento de dados com alunos universitários. In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 8.,

2012, Resende. **Anais [...]**. Resende: Faculdades Dom Bosco, 2012. p. 1-13. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/artigos2012.php?pag=139>. Acesso em: 26 mar. 2021.

CARQUI, V. B. C. O risco na sociedade de consumo: superendividamento como perda de capacidades. **Revista de Direito, Globalização e Responsabilidade nas Relações de Consumo**, Trindade, v. 1, n. 1, p. 256-272, 02 out. 2015. Disponível em: <https://www.indexlaw.org/index.php/revistadgrc/issue/view/8>. Acesso em: 21 abr. 2021.

CERBASI, G. **Casais Inteligentes Enriquecem juntos**. São Paulo: Editora Gente, 2004.

CHEN, H; LIU, S; VOLPE, R. P. An analysis of the importance of personal finance topics and the level of knowledge possessed by working adults. **Financial Services Review**, Wayne, v. 1, n. 15, p. 81-98, jan. 2006. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/303046439_An_Analysis_of_the_Importance_of_Personal_Finance_Topics_and_the_Level_of_Knowledge_Possessed_by_Working_Adults. Acesso em: 23 ago. 2021.

CHIAVENATO, I. **Fundamentos de Administração**. São Paulo: Editora Atlas, 2021.

COMISSÃO DE VALORES IMOBILIÁRIOS (CVM). **Crédito e Endividamento**. 2018. Disponível em: https://www.investidor.gov.br/portaldoinvestidor/export/sites/portaldoinvestidor/menu/Menu_Academico/Programa_Bem-Estar_Financeiro/Apostilas/apostila_02-bef-credito.pdf. Acesso em 25 mar. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO (CFA). **História da Profissão**. 2019. Disponível em: <https://cfa.org.br/administracao-administracao/administracao-historia-da-profissao/>. Acesso em: 14 abr. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO (CFA). **O que um administrador administra?** 2019. Disponível em: <https://cfa.org.br/o-que-o-administrador-administra/>. Acesso em: 14 abr. 2021.

DE ANDRADE, S. F. C.; RIUL, P. H; DE OLIVEIRA, M.S; CAVALCANTI, M. F. A INADIMPLÊNCIA NAS INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE ENSINO NA CIDADE DE FRANCA. **Facef Pesquisa**, Franca, v. 11, n. 1, p. 45-58, abr. 2008. Disponível em: <https://periodicos.unifacef.com.br/index.php/facefpesquisa/issue/view/17/showToc>. Acesso em: 21 abr. 2021.

DESSEN, M. **FINANÇAS PESSOAIS: o que fazer com meu dinheiro**. 1.ed. São Paulo: Trevisan, 2015. 272 p.

DOS SANTOS, T; DE SOUZA, M. J. B. Fatores que influenciam o endividamento de consumidores jovens. **Revista Alcance**, Itajaí, v. 21, n. 1, p. 152-180, abr. 2014. Disponível em: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/ra/issue/view/292/showToc>. Acesso em: 17 mar. 2021.

ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA (ENEF). **No Brasil**. 2017. Disponível em: <https://www.vidaedinheiro.gov.br/educacao-financeira-no-brasil/>. Acesso em 18 mar. 2021.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS (FEBRABAN). **Índice de Saúde Financeira do Brasileiro**. 2021. Disponível em: <https://indice.febraban.org.br/>. Acesso em: 05 nov. 2021.

FERREIRA, J. B.; CASTRO, I. M. EDUCAÇÃO FINANCEIRA: nível de conhecimentos dos alunos de uma instituição de ensino superior. **Revista de Administração e Negócios da Amazônia**, Porto Velho, v. 12, n. 1, p. 134-156, abr. 2020. Disponível em: <https://periodicos.unir.br/index.php/rara/article/view/4574>. Acesso em: 23 ago. 2021.

FERREIRA, J. C. A importância da educação financeira pessoal para a qualidade de vida. **Caderno de Administração**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 1-17, jan. 2017. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/caadm/issue/view/1856>. Acesso em: 23 ago. 2021.

FINANÇAS, N. **Orçamento Sem Falhas: Saia do vermelho e aprenda a poupar com pouco dinheiro**. 1.ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021. 128 p.

GALLERY, N.; GALLERY, G.; BROWN, K.; FURNEAUX, C.; PALM, C. FINANCIAL LITERACY AND PENSION INVESTMENT DECISIONS. **Financial Accountability & Management**, Brisbane, v. 27, n. 3, p. 286-307, ago. 2011. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1468-0408.2011.00526.x>. Acesso em: 17 mar. 2021.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, J. Q. P. Planejamento Financeiro Pessoal - da teoria à prática: um estudo de caso junto aos estudantes de Administração da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - Campus Guanhães. In: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 08., 2015, Uberaba. **Anais [...]**. Uberaba: Uniube, 2015. p. 1-15. Disponível em: <https://silo.tips/download/palavras-chave-educaao-financeira-planejamento-financeiro-pessoal-decisoes-finan>. Acesso em: 23 ago. 2021.

GUEDES, T. A.; MARTINS, A. B. T.; ACORSI, C. R. L.; JANEIRO, V. **Estatística Descritiva**. 2005. Disponível em: https://www.ime.usp.br/~rvicente/Guedes_et_al_Estatistica_Descritiva.pdf. Acesso em 26 mar. 2021.

KNECHTEL, M. R. **Metodologia da pesquisa em educação: uma abordagem teórico-prática dialogada**. Curitiba: Intersaberes, 2014.

KRIPKA, R. M. L.; SCHELLER, M.; BONOTTO, D. L. **Pesquisa Documental: considerações sobre conceitos e características na Pesquisa Qualitativa**. Atas – Investigação Qualitativa na Educação, Porto Alegre, v.2, p.243-247. jul. 2015.

LAGO, G. **Endividamento das famílias cai pela primeira vez durante a pandemia**. 2020. CNN Brasil. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/endividamento-das-familias-cai-pela-primeira-vez-durante-a-pandemia/>. Acesso em: 21 mar. 2021.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos da Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 5ª Ed., 2003.

LAUREANO, A. I. R; MENDES, D. P; MATTOS, S. H. EDUCAÇÃO FINANCEIRA: um estudo com os discentes do curso de administração de uma instituição de ensino superior. **Revista Expressão Católica**, Quixadá, v. 8, n. 2, p. 79-91, dez. 2019. Disponível em: <http://publicacoesacademicas.unicatolicaquixada.edu.br/index.php/rec/issue/view/96/showToc>. Acesso em: 20 abr. 2021.

LEÃO, M. **Superendividamento do consumidor no Brasil**: Causas e Efeitos. 2020. Disponível em: <https://mercioalmeida.jusbrasil.com.br/artigos/1139722240/superendividamento-do-consumidor-no-brasil-causas-e-efeitos>. Acesso em 25 mar. 2021.

MARQUES, C. L; CAVALLAZZI, R. L. **Direitos do consumidor endividado**: Superendividamento e crédito. São Paulo: RT, 2006.

MARTIN, C. L. M. **Recuperação de créditos**: estratégia e soluções para a inadimplência. São Paulo: Érica, 1997.

MARTINS, J. P. **Educação financeira ao alcance de todos**. São Paulo: Fundamentos, 2004.

MAXIMIANO, A. C. A. **Teoria Geral da Administração**: da revolução urbana à revolução digital. 8. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2017. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597012460/>. Acesso em: 28 ago. 2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Definidos os procedimentos para divulgação dos indicadores**. 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/32911>. Acesso em: 19 abr. 2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração**: Processo N°: 23001.000146/2019-69, Parecer CNE/CES N°: 438/2020. Ministério da Educação. 2020. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=154111-pces438-20-1&category_slug=agosto-2020-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 14 abr. 2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade)**. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/enade>. Acesso em: 19 abr. 2021.

MUTTI, M. A. A relação entre a Contabilidade e a Administração para as empresas. **Revista saber acadêmico**, Presidente Prudente, v. 1, n. 25, p. 14-19, fev. 2018. Disponível em: https://uniesp.edu.br/sites/presidenteprudente/exibe_edicao.php?id_edicao=260#. Acesso em: 04 nov. 2021.

OLIVATO, H; SOUZA, P. K. B. Endividamento: um estudo preliminar dos fatores contribuintes. **Anais do 1º Simpósio de Educação e do 1º Encontro Científica de Educação da Unisaesiano**, Lins, 2007. Disponível em: <https://silو.tips/download/endividamento-um-estudo-preliminar-dos-fatores-contribuintes>. Acesso em: 25 mar. 2021.

PROCON SP. **Procura pelo programa Superendividados aumenta quatro vezes em agosto**. 2019. Disponível em: <https://www.procon.sp.gov.br/elementor-5636/>. Acesso em 26 mar. 2021.

PROFESSORES DE EDUCAÇÃO BÁSICA DE SÃO PAULO (PEBSP). **Lista de Universidades Federais do Brasil por Estados e Região – 2020**. 2020. Disponível em:

<https://www.pebsp.com/lista-de-universidade-federais-do-brasil-2020/>. Acesso em: 15 jun. 2021.

RODRIGUES, E. R.; MATIAS, A. B. Ensino em Administração: proposta do conteúdo programático da área de Finanças. **Administração: Ensino e Pesquisa**, São Paulo, vol. 17, n. 2, p. 245-274, mai. 2016. Disponível em: https://raep.emnuvens.com.br/raep/article/view/403/pdf_1. Acesso em 24 mai. 2021.

SAURIN, V; SAURIN, C; SAURIN, L. F. **Educação Financeira E Finanças Pessoais**. São Paulo: Clube de Autores, 2017. 94 p. Disponível em: https://www.google.com.br/books/edition/Educa%C3%A7%C3%A3o_Financeira_E_Finan%C3%A7as_Pessoa/Ubh5DwAAQBAJ?hl=pt-BR&gbpv=0. Acesso em: 23 mar. 2021.

SERVA, M. Contribuições para uma teoria organizacional brasileira. **Revista De Administração Pública**, São Paulo, v.24, n.2, p. 10-21. jun. 1990. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/9047>. Acesso em: 14 abr. 2021.

SILVA, A. C; DE SOUZA, I. C; BUENO, M. P; DE ALMEIDA, A. L; SILVA, R. H. Qualidade de vida e endividamento. **Desafio Online**, Campo Grande, v. 8, n. 2, p. 353-377, jul. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/deson/issue/view/599>. Acesso em: 17 mar. 2021.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO (SPC BRASIL). **Educação Financeira: Orçamento Pessoal e Endividamento**. 2019. Disponível em: https://www.spcbrasil.org.br/wpimprensa/wpcontent/uploads/2019/01/analise_pesquisa_educacao_financeira_2019.pdf. Acesso em 25 mar. 2021.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO (SPC BRASIL). **Pesquisa Educação Financeira**. 2015. Disponível em: https://www.spcbrasil.org.br/uploads/st_imprensa/analise_educacao_financeira_2015.pdf. Acesso em: 26 mar. 2021.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO (SPC BRASIL). **Uso do Cartão de Crédito**. 2019. Disponível em: www.spcbrasil.org.br/wpimprensa/wpcontent/uploads/2019/07/analise_uso_credito_cartao_julho_2019.pdf Acesso em 26 mar. 2021.

STORCK, V. S. Notas para a História da Administração Brasileira: origens e desenvolvimento. **Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 57-62, set. 1983. Disponível em: <https://rae.fgv.br/node/43373/artigos/2>. Acesso em 14 abr. 2021.

VERNIZZI, M. A. Z; ALVES, C. P; SANTANA, R. J. A importância da educação financeira na educação básica para uma gestão financeira consciente. In: ENCONTRO DAS LICENCIATURAS EM MATEMÁTICA DO IFBA, 1., 2020, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: Ifba, 2020. p. 1-5. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/348050120_I_Encontro_das_Licenciaturas_em_Matematica_do_IFBA_A_IMPORTANCIA_DA_EDUCACAO_FINANCEIRA_NA_EDUCACAO_BASICA_PARA_UMA_GESTAO_FINANCEIRA_CONSCIENTE. Acesso em: 22 mar. 2021.

VOCE S/A. **Cursos de administração: os melhores e piores do Brasil, segundo o MEC**. 2020. Disponível em: <https://voca.abril.com.br/carreira/cursos-de-administracao-os-melhores-e-piores/>. Acesso em: 19 abr. 2021.

WISNIEWSKI, M. L. G. A importância da educação financeira na gestão das finanças pessoais: uma ênfase na popularização do mercado de capitais brasileiro. **Revista Intersaberes**, Curitiba, v. 6, n. 11, p. 155-170, ago. 2011. Disponível em: <https://www.revistasuninter.com/intersaberes/index.php/revista/issue/view/13>. Acesso em: 10 maio 2021.